



Prefeitos e governadores discutem o pacto federativo

Hoje, seis governadores debatem a unificação do ICMS na Comissão de Assuntos Econômicos, e amanhã os presidentes do Senado e da Câmara se encontram com os prefeitos das capitais, com a presença dos líderes partidários, para tratar das prioridades dos municípios

O pacto federativo será discutido hoje no Senado, em reunião com governadores na CAE e, no Plenário, com a votação da nova regra de rateio para os mais de R\$ 70 bilhões do Fundo de Participação dos Estados.

Também deve repercutir a liminar da ministra Cármen Lúcia, do STF, em ação proposta pelo estado do Rio de Janeiro, que suspendeu ontem partes da nova Lei dos Royalties, promulgada na semana passada com artigos originalmente

vetados. Amanhã, prefeitos de capitais devem levar ao encontro com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, as questões mais urgentes para os municípios. **3**

Jefferson Rody/Agência Senado



Senadores Cícero, Renan, Cássio e Vital e o vice-governador da Paraíba, Rômulo José de Gouveia, durante a sessão

Sessão homenageia Ronaldo Cunha Lima

A memória intelectual e a carreira política foram lembradas ontem, dia em que o ex-senador completaria 77 anos. Cássio Cunha Lima lembrou o pai como “um vitorioso, um

visionário, um humanista”. Renan Calheiros lamentou a “ausência de um grande amigo”. Sessão contou com a presença de familiares, artistas e políticos paraibanos. **2**

especial Cidadania

No Dia Mundial da Água, ONU quer estimular cooperação entre países

Intenção este ano é estimular a elaboração e a divulgação de medidas

práticas para utilização conjunta e consciente da água doce. **4 e 5**



UN Photo/Ky Chung

ONU: água doce é suficiente para todos, o problema é a distribuição

Comissão pode sugerir nova contribuição para saúde **6**

Professor recomenda hidrelétricas antes do pré-sal

Energia limpa deve ser prioridade em vez de combustível fóssil, diz professor da Unicamp. **7**

Plenário deverá votar PEC das Domésticas ainda hoje

Prazo de oito sessões, além de votação em dois turnos, pode ser reduzido por acordo de líderes. **8**

Congresso celebra o Ano da Contabilidade no Brasil

Parlamentares e representantes de associações de contadores de todo o país participaram da sessão. **2**

Reduzir diferenças, ampliar conteúdos.

Os principais temas que interessam a você e à sociedade estão na revista *Em Discussão!*. Esta edição discute a educação brasileira, os desafios na redução das desigualdades regionais e a participação do governo federal na construção de um ensino com mais qualidade.

A revista *Em Discussão!* é uma publicação do Jornal do Senado. Disponível no site www.senado.leg.br/emdiscussao

Em Discussão!
Informação e novas ideias.

Secretaria Especial de Comunicação Social



Seo | Supers - Criação e Marketing

Jefferson Rully/Agência Senado



Senadores Cássio (E) e Renan (D) e cantores Genival Lacerda e Agnaldo Timóteo: política e cultura na lembrança a Ronaldo

Senado presta homenagem a Ronaldo Cunha Lima

Ex-senador, falecido ano passado vítima de câncer, teve trajetória política e atividade literária lembradas em homenagem prestada ontem por senadores, políticos, amigos e familiares

EM SOLENIDADE ONTEM, dia em que completaria 77 anos, o ex-senador Ronaldo Cunha Lima (1936-2012) foi lembrado por amigos, parentes e colegas de Plenário, tanto por sua carreira política quanto por sua dedicação às letras. Vários discursos citaram os poemas de Ronaldo, que ocupou uma cadeira na Academia Paraibana de Letras.

Filho de Ronaldo, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) — ressaltando a dificuldade de fazer um discurso em homenagem ao pai, já que estava tomado pela emoção — leu uma seleção de sonetos retirados dos diversos livros por ele publicados.

Entre os sonetos lidos, alguns dedicados à família, outros que falam da trajetória de Ronaldo, lembrado por Cássio como “um vitorioso, um visionário, um humanista, sobretudo”.

— Concluo, lembrando o que ele disse: “Quando meus filhos disserem a meus netos o quanto eu os amava e quando meus netos disserem a meus filhos que guardam lembranças minhas e de mim sentem saudade, não terei morrido nunca, serei eternidade.”

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, Ronaldo Cunha Lima “brilhou na defesa

do povo paraibano e do povo brasileiro” em seu exercício parlamentar, encantando com sua “alegria, inteligência e humor refinado”. Renan resumiu a trajetória política de Cunha Lima, ressaltando os cargos executivos e legislativos que ocupou em meio século de carreira, e salientou as dificuldades que ele passou durante o regime militar. Também lembrou algumas das grandes demandas de Ronaldo, como a transposição do Rio São Francisco e a cidadania plena das pessoas com necessidades especiais.

— A grave doença que lhe ceifou a vida retirou do nosso convívio um bravo político e apaixonado poeta. Sinto a ausência de um grande amigo, a quem hoje, com orgulho, reverenciamos a memória — afirmou Renan.

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) lembrou a rivalidade entre Ronaldo Cunha Lima e seu pai, Antônio Vital do Rêgo (1935-2010), “seu mais histórico adversário e, no final de sua vida, um dos seus mais próximos amigos”. Em sua opinião, os embates políticos não podem impedir ninguém de reconhecer os méritos do oponente.

Também se pronunciaram os senadores José Agripino (DEM-RN), Cyro Miranda (PSDB-GO), Aloysio Nunes (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lindbergh Farias (PT-RJ), Cícero Lucena (PSDB-PB) além do ex-prefeito de Campina Grande Félix Araújo Filho, o jornalista José Nêumanne Pinto, Pedro Cunha Lima (neto de Ronaldo), Diógenes da Cunha Lima, presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, e o poeta Luiz Vieira.

Jefferson Rully/Agência Senado



A viúva, Gloria Cunha Lima (2ª à dir.), e familiares do homenageado durante a sessão

Sessão do Congresso celebra o Ano da Contabilidade

Parlamentares e representantes de associações de contadores de todo o país comemoraram o Ano da Contabilidade no Brasil em solenidade ontem no Congresso. Autor do requerimento da homenagem, João Vicente Claudino (PTB-PI) destacou que há, no Brasil, 500

mil profissionais e 400 mil estudantes de contabilidade e 80 mil empresas especializadas.

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que a contabilidade é “a ciência que organiza o mundo” e que as grandes crises financeiras mundiais resultam, em boa parte, de uma falta de

responsabilidade fiscal, que começa quando os governantes deixam de ouvir seus contadores. O deputado Paes Landim (PTB-PI) mencionou a importância do trabalho dos profissionais de contabilidade nas decisões negociais do dia a dia das grandes empresas.

Segundo o líder do governo no Congresso, o senador José Pimentel (PT-CE), nos últimos anos, mais de 2,7 milhões de empreendedores individuais foram formalizados por contadores no Brasil. Esse número deve ultrapassar 3 milhões em 2013. Pimentel agradeceu os contabilistas pelo auxílio ao crescimento do parque industrial e empresarial brasileiro.

Genivaldo Magalhães/Agência Senado



Ano da Contabilidade no Brasil foi comemorado em solenidade ontem

Revista *Em Discussão!* mostra caminhos para ensino melhor

A proposta de a União aumentar a participação na educação pública para o Brasil dar o salto de qualidade de que necessita no setor é o tema da 14ª edição da revista *Em Discussão!*. A publicação será lançada hoje na Biblioteca do Senado, pela Comissão de Educação, Cultura (CE) e pela Secretaria Especial de Comunicação Social.

As 84 páginas desta edição foram baseadas no ciclo de debates “Educação e Federalismo — educação básica: responsabilidade do governo federal?” realizado pela CE ano passado com 21 especialistas do governo, de ONGs, de universidades e de institutos de pesquisa. Na ocasião, os debatedores apresentaram dados sobre a realidade educacional do Brasil, sugerindo caminhos para que o desempenho dos estudantes brasileiros, hoje considerado muito ruim, possa melhorar.

Esta edição da revista apresenta estatísticas da educação nacional (número de matriculados, percentuais de analfabetos, investimentos, dados por nível de ensino, por estado e região, desempenho em provas de avaliação nacionais e internacionais, entre outros índices) para dar subsídios à discussão sobre



a participação da União, estados e municípios nos investimentos no setor.

Os textos revelam propostas em discussão no Senado, como o Plano Nacional de Educação (PLC 103/12) e o projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que cria uma carreira nacional para os professores de escolas públicas e estabelece parâmetros de qualidade de infraestrutura e desempenho das escolas (PLS 320/08).

Para dar uma noção do que pode e deve ser feito para melhorar a educação no país, a publicação apresenta casos de países que conseguiram, em prazos relativamente curtos, universalizar a educação e liderar os rankings mundiais de desempenho (como Finlândia e Coreia).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Alfabetização

14h Pauta trancada pelo PLV 2/13, sobre apoio da União aos estados no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

PRESIDÊNCIA Cooperação

12h Termo de cooperação com o Conselho da Justiça Federal; às 15h, reunião do PMDB; às 16h, ordem do dia. Às 18h, lançamento da revista *Em Discussão!*.

CMA Rio Amazonas

8h30 A Agência Nacional de Águas e a Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos apresentam plano estratégico para afluentes do Rio Amazonas.

CAS Tabela do SUS

9h Debate com representantes da área da saúde sobre o reajuste da tabela do SUS.

CAE ICMS

9h Análise de projeto que dá desconto em faculdade por disciplina não cursada. Às 10h, audiência sobre unificação do ICMS.

CE Parâmetros de construção

11h A Comissão de Educação vota o substitutivo ao projeto que institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento de escolas de educação básica.

CMMC Conscientização sobre o clima

11h Na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, audiência debaterá projetos de conscientização da população sobre as mudanças no clima e o papel das escolas.

CPI DA MULHER Relatório final

14h Apresentação do relatório final da CPI da Violência contra a Mulher.

REGIMENTO COMUM Audiência

14h30 Audiência pública com o ministro Raimundo Carreiro, do TCU.

REVISTA Educação em discussão

18h Lançamento da 14ª edição da revista *Em Discussão!* com o tema “Educação: salto de qualidade é urgente”.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Governadores e prefeitos vêm ao Senado debater pacto federativo

Hoje, seis governadores discutem a unificação do ICMS na CAE, e amanhã prefeitos de capitais tratam das prioridades dos municípios

A DISCUSSÃO SOBRE o pacto federativo volta a movimentar o Congresso nesta semana. Hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado tem audiência pública às 10h para debater o projeto que unifica as alíquotas do ICMS. São esperados seis governadores: Omar Aziz (Amazonas), Wilson Martins (Piauí), André Puccinelli (Mato Grosso do Sul), Geraldo Alckmin (São Paulo), Tarso Genro (Rio Grande do Sul) e Renato Casagrande (Espírito Santo).

Amanhã, às 11h, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, devem se encontrar com os prefeitos das capitais para discutir prioridades dos municípios dentro do pacto federativo.

Para Alves, o município tem



Renan Calheiros (D) e Henrique Eduardo Alves têm encontro com os prefeitos

“importância particular na discussão do pacto nacional”. Segundo ele, o cidadão não mora em “um país abstrato chamado Brasil”, mas tem suas realidades no município.

— É obrigação desta Casa discutir esse novo pacto federativo, dialogando com o Executivo para que a gente possa encontrar a solução que o povo brasileiro está reclamando em

favor de seu município e de seu estado — afirmou.

Na quarta-feira passada, houve reunião semelhante com os governadores. Mudança na indexação das dívidas, participação na receita das contribuições da União, limite para transferência de encargos a estados e municípios e fim da cobrança de tributos entre os entes federados foram

algumas das reivindicações apresentadas pelos governadores. Vários senadores se manifestaram de forma positiva sobre o debate.

Para o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), o encontro representou o “grito da Federação”. De acordo com Wellington Dias (PT-PI), o debate com os governadores foi um “momento histórico”.

Para o presidente Renan Calheiros, Senado e Câmara têm agora uma direção para tratar o assunto.

— A reunião foi muito importante. As intervenções dos governadores foram objetivas. Acho que, do ponto de vista da Câmara e do Senado, temos agora um rumo para pautar as prioridades da Federação — disse.

(Com Agência Câmara)

Plenário deve votar hoje novos critérios para o FPE

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou para hoje a votação, pelo Plenário, da nova regra de rateio para os mais de R\$ 70 bilhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Os novos critérios, com validade até 2017, deverão assegurar a cada unidade federativa um piso igual aos valores

atualmente distribuídos. Depois de feita a distribuição com base no piso, a eventual sobra de recursos poderá ser repartida conforme dois critérios: população e renda per capita domiciliar.

Isso é o que propõe o texto substitutivo do senador Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos que tratam do tema (PLSs

192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012).

Domésticas

Os senadores devem analisar, na sequência, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/12, que estende aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores, como

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), jornada de trabalho limitada e horas extras (leia mais na página 8).

— Primeiramente votaremos as novas regras do Fundo de Participação dos Estados e, logo em seguida, a PEC que amplia os direitos trabalhistas das domésticas — afirmou ontem Renan.

Liminar de ministra do STF suspende parte da nova Lei dos Royalties

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem partes da nova Lei dos Royalties, promulgada na semana passada com artigos originalmente vetados. A ministra concedeu liminar em ação proposta pelo estado do Rio de Janeiro.

Em sua decisão, a ministra alega que há “riscos objetivamente demonstrados da eficácia dos dispositivos e dos seus efeitos, de difícil desfazimento”. A decisão pode ser revertida pelo Plenário do Supremo.

De acordo com o procurador Luís Roberto Barroso, que assina a ação, o Rio de Janeiro perderá imediatamente mais de R\$ 1,6 bilhão, ou R\$ 27 bilhões até 2020, comprometendo programas como Bilhete Único e Renda Melhor. Para os municípios do Rio, a perda imediata chegará a R\$ 2,5 bilhões. A liminar atendeu inteiramente o pedido do Rio de Janeiro, o mais amplo de todos os apresentados à Corte até o momento. O estado do



Ministra Cármen Lúcia acatou argumentos do estado do Rio

Rio alega que a lei afronta várias regras da Constituição, como o direito adquirido, por alterar os contratos em vigor; a segurança jurídica e o ato jurídico perfeito, por interferir em receitas comprometidas e contratos assinados; e a responsabilidade fiscal, uma vez que os orçamentos ficarão comprometidos.

Além do Rio, entraram com ações no STF na última sexta-feira o Espírito Santo, São Paulo e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, todos ainda à espera de uma decisão.

Parlamentares dos estados



Lindbergh considerou a decisão um alívio para os municípios afetados

produtores também entraram com vários mandados de segurança contestando a tramitação legislativa que resultou na aprovação da lei.

Repercussão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou nota sobre a decisão de Cármen Lúcia, informando que a Advocacia do Senado Federal prestará as informações requeridas no prazo que for determinado pela ministra, sempre no sentido de defender a manifestação democrática da maioria expressada pelos congressistas. Em entrevista,

Renan afirmou que o Congresso Nacional cumpriu o dever constitucional de votar os vetos presidenciais.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ontem à noite que a decisão da ministra acaba com a tensão e com o clima de incerteza e de imprevisibilidade em que viviam muitos dos municípios do estado. O senador afirmou que muitos deles tinham nos royalties mais da metade das receitas. Alguns já pensavam em suspender o pagamento de pessoal, acrescentou o parlamentar.

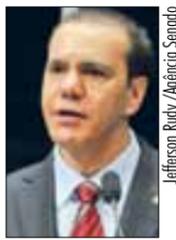
— Não se pode mudar, de uma hora para a outra, as receitas que os municípios esperam receber — afirmou o senador.

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que era esperada uma manifestação do STF, mas apenas para “modular a aplicação” da metodologia de distribuição dos royalties resultante da derrubada do veto presidencial.

(Com Agência Brasil)

Ataídes critica preços de cursos do Sistema S

Os preços cobrados pelo Sistema S por alguns cursos — como o de cabeleireiro, no



Jefferson Ruty / Agência Senado

Senac-TO, por R\$ 1.680; o de técnico de informática, pelo Senac-DF, no valor de R\$ 5.240; ou o de cozinheiro-chefe internacional, pelo Senac-SP, ao custo de R\$ 22.764 — foram considerados “exorbitantes” por Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

— Os serviços, mesmo recebendo recursos públicos da ordem de R\$ 18 bilhões, originados de repasses pelo governo federal de contribuições sociais, têm oferecido poucos cursos gratuitos, desviando-se da finalidade para que o Sistema S foi criado — disse.

Ele pediu apoio para a aprovação de projeto (PLS 72/13) de sua autoria que propõe mudanças nas regras relacionadas ao Sistema S.

— O Sistema S foi criado para promover formação profissional gratuita, levar lazer e saúde. Com arrecadação anual de bilhões de reais em dinheiro público, não é justo, legal, ético e nem moral que se cobrem valores exorbitantes a trabalhadores pobres por cursos que deveriam ser oferecidos gratuitamente — disse.

Cícero elogia derrubada de vetos

Cícero Lucena (PSDB-PB) destacou em Plenário a importância de o Congresso ter derrubado os vetos.



Pedro França / Agência Senado

Segundo ele, estudo da Consultoria Legislativa do Senado mostra que, se os vetos tivessem sido mantidos, em 2020 o estado do Rio de Janeiro teria mais de 73% dos recursos dos royalties, o Espírito Santo contaria com 7,5% e São Paulo, com 6,5%.

Para Cícero, todo o Brasil deve ser considerado produtor, pois “a exploração do petróleo é bancada por toda a sociedade brasileira” por meio dos impostos.

— O que destaco, e o faço com muita serenidade, é a necessidade de não construirmos a riqueza de alguns sobre a pobreza de outros, e muitos outros — afirmou.

Data incentiva cooperação pela água entre os países

A água potável mata a sede do homem e dos animais, permite a higiene pessoal, é essencial para a agricultura, produz energia e serve à navegação. Por isso, a necessidade de enfatizar a cooperação para a gestão da água potável, em seus diversos níveis

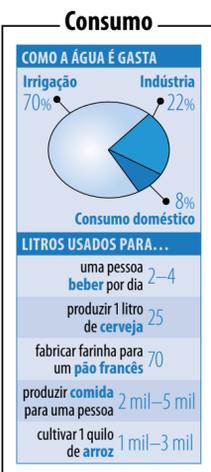
Joseana Paganine

NA PRÓXIMA SEXTA-feira, comemora-se o Dia Mundial da Água. A data foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) há 20 anos para estimular a reflexão e a mudança de atitude em relação ao recurso natural mais importante para a humanidade.

Para orientar as celebrações em 2013, a ONU escolheu o tema “Cooperação pela água”. A intenção é estimular a elaboração e a divulgação de medidas práticas para utilização conjunta e consciente da água doce. Em anos anteriores, foram debatidos assuntos como água e segurança alimentar e saneamento.

Rios que atravessam fronteiras exigem cooperação internacional. Os países precisam partilhar água subterrânea, importante fonte de água doce. “Embora haja água doce suficiente para todos, os recursos são distribuídos de forma desigual. Em muitas regiões, a água é cada vez mais escassa devido ao crescimento populacional, urbanização, poluição, desenvolvimento econômico e mudanças no clima”, alerta a ONU.

Na avaliação do organismo internacional, a pressão crescente sobre os recursos hídricos cria um ambiente favorável a conflitos e torna mais difícil gerenciar a



a cooperação e para a construção de relações pacíficas. Muitas vezes, as negociações sobre uma questão prática fornecem uma base para o diálogo, mesmo quando relações políticas são tensas. A cooperação em torno da água pode, assim, servir também como um caminho para o processo de paz”, acredita a ONU.

Brasil

O assessor internacional da Agência Nacional de Águas (ANA), Luiz Amore, explica que a gestão compartilhada de rios fronteiriços é uma diretriz das normas brasileiras. Está, por exemplo, no Plano Nacional de Recursos Hídricos, que possui planos específicos para cada uma das 12 regiões hidrográficas brasileiras, e no Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas. As ações envolvem cooperação técnico-científica e gestão conjunta, com troca de informações e experiências.

A cooperação pela água também vem se fortalecendo internamente. O assessor lembra o Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas), que fornece assistência técnica para planejamento e gestão dos recursos hídricos, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país. Estão previstos R\$ 283,3 milhões para aplicação no programa.

água de forma sustentável e equitativa.

Atualmente, cerca de 60% das 276 bacias hidrográficas internacionais não possuem gestão cooperativa. Como caso bem-sucedido de compartilhamento de água, a ONU lembra as negociações travadas entre Jordânia e Israel, a partir de 1950, para a gestão do Rio Jordão, mesmo em ambiente de conflito no Oriente Médio. Outro exemplo lembrado é o do Rio Mekong, na Ásia. A Guerra do Vietnã não impediu que Camboja, Laos, Tailândia e Vietnã continuassem trocando informações sobre o fluxo do rio, tão importante para a sobrevivência dos habitantes da região. “A água pode ser também um catalisador para



Rio Amazonas: a bacia possui cerca de 60% da água doce disponível no Brasil

Brasil: reservatório de água do mundo

O Brasil é o país que mais possui água doce, 12% de todas as fontes mundiais. Algumas delas são geograficamente compartilhadas com os países vizinhos.

É o caso da bacia do Rio Amazonas, a mais extensa rede hidrográfica do planeta, que começa nos Andes peruanos e termina no Oceano Atlântico. Percorre o território do Brasil (63%), Peru (17%), Bolívia (11%), Colômbia (5,8%), Equador (2,2%), Venezuela (0,7%) e Guiana (0,2%). Por ela, correm 20% das águas doces superficiais do mundo.

O Tratado de Cooperação Amazônica — assinado em 1978 por Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Suriname, Colômbia, Guiana e Venezuela — é o instrumento jurídico que reconhece o caráter fronteiriço da

bacia. Em 1998, foi criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sede em Brasília. Em 2011, o Ministério das Relações Exteriores realizou a primeira reunião dos países-membros da OTCA para promover o diálogo multilateral sobre a região hidrográfica.

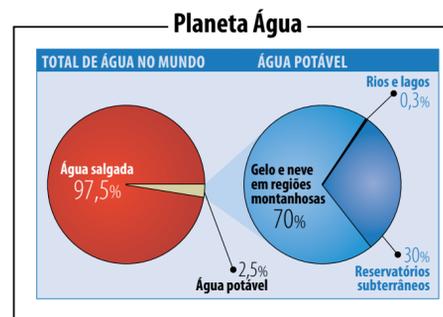
Os oito países fazem parte também do Projeto Gerenciamento Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas. A intenção do projeto é promover o uso sustentável do solo e dos recursos hídricos da região em face dos impactos decorrentes das mudanças climáticas. De acordo com a ANA, por causa do tratado e do plano, não existem sérios problemas quanto à

utilização da água na bacia amazônica.”

O Sistema Aquífero Guaraní é um dos maiores reservatórios subterrâneos de água doce do mundo e possui alto valor estratégico, pois está em região com grande demanda de água. O aquífero é uma formação geológica capaz de armazenar água potável. Segundo a ONU, 2 bilhões de pessoas dependem dos 273 aquíferos do mundo.

Quatro países

O Aquífero Guaraní abrange parte dos territórios de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Em 2010, os quatro países assinaram acordo para ampliar os níveis de cooperação científica sobre o sistema e criar mecanismos de gestão compartilhada dos recursos hídricos.



Fontes: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Programa Mundial de Avaliação de Recursos Hídricos (WWAP), da Unesco

O acordo foi aprovado por Argentina e Uruguai, mas precisa ser votado pelos Parlamentos brasileiro e paraguaio.

No Brasil, a reserva estende-se por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Já foram implantados projetos-piloto em áreas representativas do

sistema e que apresentam possibilidade de conflitos relacionados ao uso de águas subterrâneas ou a mudanças no uso do solo. Duas áreas estão em regiões fronteiriças: Santana do Livramento (Brasil)–Rivera (Uruguai) e Concordia (Argentina)–Salto (Uruguai). As outras duas são Itapúa (Paraguai) e Ribeirão Preto (Brasil).

Ainda falta saneamento básico

A questão não é só ter água, mas também ter água de qualidade. A ONU estima que 3.900 crianças morram por dia de doenças relacionadas com água suja. Ao todo, 1,8 milhão de pessoas morrem todos os anos de diarreia e outras doenças como a cólera. E cerca de 2,6 milhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico.

No Brasil, a situação também deixa a desejar. O Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que 15,1% das crianças brasileiras na faixa de zero a 4 anos vivem em áreas em que o esgoto corre a céu aberto. A Região Norte é a que se encontra em pior situação: 32,2% das casas possuem esgoto no entorno. No Nordeste, são 26,3%.

Das capitais com mais de 1 milhão de habitantes, Belém foi a triste campeã: 44,5% das residências convivem com falta de esgoto. Em seguida, estão São Luís (33,9%) e Manaus (20,2%). Na outra ponta, Goiânia e Belo Horizonte figuram como as cidades que apresentaram melhor infraestrutura de saneamento.

E não basta apenas coletar o esgoto. É preciso tratá-lo. De 1995 a 2005, o percentual de esgoto tratado, em relação

ao coletado, passou de 8,7% para 61,6%. Mas o número alto pode enganar, segundo o IBGE, pois se refere ao percentual de esgoto tratado em relação ao coletado. Portanto, o valor elevado pode ser decorrência de uma baixa coleta de esgoto.

Além de não coletar e tratar o esgoto, o Brasil também não fiscaliza a qualidade da água. Dos 5.565 municípios brasileiros, 2.659 (47,8%) não monitoravam a qualidade da água em 2011. Somente 28% (1.569) contavam com uma política municipal de saneamento básico. Os dados fazem parte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2011, do IBGE. Saneamento básico inclui acesso a sistema de abastecimento de água, acesso a esgotamento sanitário, tratamento do esgoto e coleta e destinação final do lixo.

Iniciativas

A meta é resolver até 2030 os problemas de saneamento básico. Em 2008, foi lançado o Plano Nacional de Saneamento Básico, instituído pela Lei 11.445/07, que estabeleceu as ações

necessárias e uma previsão de investimentos para atingir o objetivo. Serão aplicados R\$ 420 bilhões, sendo 60% do governo federal e 40% de estados, municípios e iniciativa privada. Desse total, R\$ 157 bilhões vão para esgotamento sanitário, R\$ 105 bilhões para abastecimento de água, R\$ 87 bilhões para melhoria da gestão, R\$ 55 bilhões para drenagem e R\$ 16 bilhões para resíduos sólidos.

Os recursos aplicados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão incluídos nessa conta. No PAC 1, foram repassados R\$ 40 bilhões — R\$ 36 bilhões do Ministério das Cidades e R\$ 4 bilhões da Fundação Nacional de Saúde — a municípios e estados para licitação e execução das obras.

Em fevereiro deste ano, o governo federal divulgou balanço das obras do PAC 2, no qual afirmou que 60% das obras de saneamento contratadas já foram executadas. A previsão do governo é gastar R\$ 24,8 bilhões em 3.400 iniciativas que vão beneficiar quase 8 milhões de famílias.

Faça a sua parte

NO BANHEIRO

- Mantenha a torneira fechada enquanto escova os dentes. Você economizará de 12 a 80 litros de água.
- Não tome banhos demorados.
- Não utilize o vaso sanitário como lixeira, jogando papel higiênico e cigarro. Consume-se de 6 a 10 litros de água ao acionar a descarga por 6 segundos.

NA COZINHA

- Limpe bem os restos de comida de pratos e panelas, antes de lavá-los, jogando os restos no lixo.
- Encha a pia com água e detergente até a metade e coloque a louça. Deixe-a de molho por uns minutos e ensaboe. Repita o processo e enxágue.
- Só ligue a máquina de lavar louça quando estiver com capacidade total.

NA LAVANDERIA

- No tanque, feche a torneira enquanto ensaboa e esfrega a roupa.
- Utilize a máquina de lavar somente quando estiver na capacidade total. Uma lavadora de 5 quilos consome 135 litros de água a cada uso.

NO JARDIM, NO QUINTAL E NA CALÇADA

- Não lave o carro com mangueira. Use balde e pano.
- Não use a mangueira para limpar a calçada, e sim a vassoura.
- Usar a mangueira para “varrer” durante 15 minutos pode desperdiçar cerca de 280 litros de água.
- Regue as plantas pela manhã ou à noite para evitar o desperdício causado pela evaporação.

CUIDADO COM VAZAMENTOS

- Uma torneira gotejando pode desperdiçar 46 litros de água por dia ou 1.380 litros por mês.
- Um filete de 2 milímetros desperdiça 4.140 litros de água por mês.
- Um furo de 2 milímetros no encanamento desperdiça, aproximadamente, 3.200 litros por dia.

Fonte: Sabesp

Desigualdade também é hídrica

De acordo com a ONU, cerca de 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água suficiente para atender necessidades diárias de consumo e higiene. Para viver com dignidade, uma pessoa precisa de 110 litros por dia.

Segundo projeções das Nações Unidas, em 2025,

1,8 bilhão de pessoas terão carência absoluta de água. Dois terços da população mundial viverão em países com sérios problemas de abastecimento, especialmente na África, no Oriente Médio e na Ásia.

Hoje, a disparidade entre os países é grande. Nos Estados Unidos, a média de

consumo é de 300 litros/dia por pessoa. Na Europa, 200 litros. No Brasil, 150 litros. A África Subsaariana consome entre 10 e 20 litros/dia. De acordo com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), gastar mais de 120 litros de água por dia é desperdiçar recursos naturais.

Regulamentação de águas em depósito e tarifa social são alguns dos projetos do Senado

Em relação à água, o Senado tem investido na aprovação de projetos que procuram aperfeiçoar o setor. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) debate o Projeto de Lei do Senado (PLS) 398/12, de Pedro Taques (PDT-MT), que

regulamenta a propriedade da União sobre águas em depósito. O artigo 26 da Constituição estabelece que são propriedade dos estados as águas superficiais ou subterrâneas e as águas em depósito, “ressalvadas, neste caso, na forma da lei,

as decorrentes de obras da União”. Águas em depósito são as contidas em reservatórios construídos para armazenar para o consumo humano, dessedentar animais, irrigar, navegar, produzir energia, entre outros. “A ressalva da Constituição

é compreensível, pois são atribuídas à União responsabilidades como a de planejar e promover a defesa contra as secas, explorar o aproveitamento energético dos cursos d’água e legislar a respeito de águas e energia”, esclarece o senador.

A CMA também analisa o PLS 233/11, de Gim (PTB-DF), que institui a tarifa social para consumo de água. A proposta inclui no Plano Nacional de Saneamento Básico a concessão de tarifa mais baixa de água para consumidores de baixa

renda, desempregados e pessoas com deficiência.

“Pretende-se assegurar uma uniformidade nas tarifas cobradas das populações mais necessitadas, à semelhança do que já existe para as tarifas de energia elétrica”, explica o senador.

Já a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) discute o PLS 533/11, de Jayme Campos (DEM-MT), que autoriza o Executivo a instituir incentivo fiscal para estimular pessoas jurídicas a exercerem o controle de resíduos, entre eles o

tratamento e a despoluição da água. Para o senador, a instalação de equipamentos para controle de resíduos pelas indústrias vem sendo feita de forma lenta, em descompasso com a crescente pressão social pela conservação do meio ambiente.

Saiba mais

Audiência pública sobre o Plano Estratégico dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas
Hoje, às 8h30, Ala Senador Nilo Coelho

Agência Nacional de Águas
<http://www.ana.gov.br>

Dia Mundial da Água
<http://bit.ly/diaAgua>

ONU
<http://bit.ly/waterDay>

Associação Brasileira de Recursos Hídricos
<http://www.abrh.org.br>

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/jornal

Comissão do financiamento da saúde pode sugerir nova contribuição

Recursos do SUS que restaram após o fim da CPMF, em 2007, são insuficientes para melhorar o atendimento, segundo relator

O RELATOR DA comissão temporária de senadores que vai propor soluções para o financiamento da saúde pública, Humberto Costa (PT-PE), disse que os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) são insuficientes para melhorar o atendimento. O senador, que é médico, não descartou a criação de uma nova contribuição para o financiamento do setor.

Autor do requerimento que propôs a criação do colegiado, Humberto observou que o SUS passa por um momento difícil após o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja prorrogação foi rejeitada pelo Senado em 2007. Segundo ele, o colegiado fará audiências públicas e selecionará alguns dos projetos sobre financiamento da saúde atualmente em tramitação na Casa.

— É o momento de nós retomarmos essa discussão e procurarmos encontrar recursos, tanto no Orçamento da União quanto no próprio orçamento da seguridade social, que possam melhorar a condição de saúde da população. Devemos até mesmo discutir, se for o caso, a criação de novas contribuições. Não há como nós mantermos o SUS com os recursos atuais — disse.

O senador defendeu uma divisão mais coordenada de atribuições do SUS e do atendimento privado de saúde para



Espera de pacientes em hospital público de Brasília: problemas no atendimento da saúde se repetem em todo o Brasil

acabar com o que chamou de “parasitismo dos planos de saúde”. Ele observou que hoje o SUS faz uma série de procedimentos de alto custo e garante medicamentos para doenças raras, ações

que dificilmente os planos de saúde poderiam arcar sem um aumento significativo no preço das mensalidades.

— A lei que rege os planos de saúde não obriga uma cobertura universal. E tudo aquilo

que o plano não cobre, quem cobre é o SUS. Então nada mais justo que nós termos um debate sobre como esse sistema privado deva, eu não diria ressarcir, mas como assumir uma responsabilidade também em relação aos usuários do SUS — defendeu.

Para o senador, um caminho seria atribuir aos planos de saúde o atendimento ambulatorial especializado, um dos gargalos da saúde pública.

— O SUS poderia, por exemplo, assumir definitivamente a realização de transplantes, enquanto o setor suplementar poderia garantir aos usuários do SUS consultas com cardiologistas, pneumologistas. Uma ação complementar, que pudesse permanentemente ser modificada de acordo com as dificuldades que o SUS tivesse — afirmou.

Humberto faz parte da CPI sobre qualidade do atendimento

Humberto Costa também integra a CPI sobre Violação ao Direito Humano à Saúde, criada para apurar erros de dirigentes, médicos e outros profissionais de saúde que resultaram em morte. O colegiado foi criado em fevereiro por iniciativa de Magno Malta (PR-ES), mas ainda aguarda instalação. Sobre a CPI, Humberto espera um trabalho equilibrado.

— Queremos que ela tenha um trabalho equilibrado e possa ouvir todas as partes, porque é um tema muito sensível tanto por parte da população quanto da categoria médica. Acreditamos que o Senado possa dar uma contribuição para que possamos ter, daqui para a frente, uma quantidade de casos bem menor do que estamos acostumados a ver.

Cristovam critica governo por resultado no IDH



Cristovam diz que baixa qualidade da educação afeta desempenho do país

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou, ontem, que a 85ª posição ocupada pelo Brasil no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma vergonha para o país. O senador criticou o governo brasileiro, que, segundo ele, não busca alternativas para melhorar a “vergonhosa” colocação.

— Saíram, primeiro, dizendo que havia alguns erros. Depois,

que nós tínhamos avançado muito. Enquanto o Brasil preferir a ilusão de que já foi pior, nós não vamos melhorar suficientemente. Pena que o governo brasileiro não tenha aproveitado esse momento para reconhecer a tragédia que nós vivemos — afirmou.

O senador ressaltou que o mau desempenho na educação é o principal ponto que leva o Brasil a permanecer em

uma posição ruim no IDH. Ele destacou países que, mesmo tendo atravessado situação de guerra recentemente, tiveram desempenho melhor do que o Brasil. Entre eles, a Croácia e a Sérvia.

Cristovam afirmou que se fossem inseridos critérios como desigualdade de renda e violência no cálculo do IDH, o Brasil ocuparia uma posição ainda mais baixa no ranking.

Alvaro apresenta emenda à MP da Alfabetização

Alvaro Dias (PSDB-PR) comunicou a apresentação de emenda à medida que cria o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A MP — que tramita como PLV 2/13 — estabelece que as escolas públicas devem alfabetizar os alunos até os 8 anos de idade. A emenda reduz o limite para 6 anos.

— Se o aluno do colégio particular aprende a ler e a escrever no 1º ano, por que a expectativa para quem depende da rede pública é maior? — questionou.

O senador lembrou crítica de Cristovam Buarque (PDT-DF), que ressaltou que “as crianças das classes média e alta aprendem a ler e a escrever muito antes dos 8 anos”. Também citou a consultora em educação Ilona Becskesz, para quem “o mote de alfabetizar aos 8 anos, ao final do 3º ano do ensino fundamental, é péssimo; foi uma escolha política confortável para o Ministério da Educação”.

Alvaro destacou ainda que, segundo o neurocientista Iván Izquierdo, as crianças têm condições de dominar e usar a linguagem desde os 3 anos e, aos 6, já podem estar alfabetizadas. Outro especialista mencionado foi o professor João Batista Araujo e Oliveira, do Instituto Alfa e Beto. De acordo com ele, 6 anos é a idade em que ocorre a alfabetização na maioria dos países com idioma de complexidade similar à da língua portuguesa.



Para Alvaro, alfabetização deve ocorrer até os 6 anos de idade

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Alto custo da tecnologia de extração de petróleo em águas profundas é um dos motivos apontados pelo representante da Unicamp para defender retomada do álcool e mais investimentos em energia gerada pelos rios — alternativas menos poluentes

Rafael Carvalho/Agência Senado



Cerqueira Leite expõe argumentos em audiência pública realizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, observado por Fernando Collor

Hidrelétricas devem ser prioridade em vez do pré-sal, afirma professor

O PROFESSOR DE Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Rogério Cezar de Cerqueira Leite afirmou em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ontem, que o Brasil deveria concentrar esforços de desenvolvimento da matriz energética na construção de mais usinas hidrelétricas e de álcool. Segundo ele, a opção pelo pré-sal não foi adequada — tanto pela enorme barreira tecnológica que precisa ser transposta para tornar realidade a exploração do petróleo em águas profundas quanto pelo relativo pequeno tempo de aproveitamento das reservas, que, segundo ele, pode girar em torno apenas de meio século.

— Eu nunca entendi muito bem por que este governo deu tal preferência para o pré-sal. Esse recurso vai ser caro, é poluente e todo mundo briga por causa dele. Nada vai acalmar mais os ambientalistas que uma opção pelo álcool. Eu tenho certeza de que nós vamos ter muito mais paz no Brasil com a retomada do álcool — disse.

Cerqueira Leite observou que o

aumento do consumo de combustíveis fósseis no país, que poderá ser causado por uma maior oferta de petróleo originado das jazidas do pré-sal, deverá elevar a concentração de gases do efeito estufa, gerando problema ambiental pior do que o decorrente da construção de hidrelétricas.

— Não é nada provável, cientificamente, que haja prejuízos para a natureza quando você aumenta as áreas alagadas. Essas áreas são sempre férteis de vida, de novas espécies e podem servir até para a produção de peixes — observou.

Alto custo da energia solar

O professor disse ainda que o uso da energia nuclear está sendo deixado de lado em todo o mundo, sobretudo pelos elevados investimentos necessários e pelos riscos ambientais envolvidos. Quanto às perspectivas da ampliação do uso da energia solar no país e no mundo, o professor da Unicamp se disse pessimista no curto prazo, devido ao alto custo de manutenção dos sistemas geradores e pelas limitações

de escala de produção. Para daqui a 20 anos, no entanto, ele considera que tal fonte se tornará viável em razão de desenvolvimentos tecnológicos.

— A energia solar vai ser muito eficiente um dia. Hoje não é eficiente por questões tecnológicas. A energia solar ainda é muito cara hoje — afirmou.

De acordo com o professor, a energia eólica é uma das mais promissoras, por usar geradores altamente eficientes.

O painel, dirigido pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), faz parte do primeiro ciclo de debates promovido pela comissão este ano, intitulado *Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país*. Esses debates vão estender-se até o fim do ano, com o objetivo de discutir energia, transporte, aviação civil, água, telecomunicações e temas transversais de infraestrutura.

O tema do primeiro painel, que iniciou com a exposição do professor Cerqueira Leite, é “Energia e desenvolvimento do Brasil”. Nos próximos encontros, serão ouvidos outros especialistas nas diversas áreas de geração de energia.

Comissão da MP dos Portos faz duas reuniões esta semana

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre redução dos custos do frete marítimo no país (MP 595/12) realiza duas audiências nesta semana. O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), deve apresentar o voto no início de abril. Hoje, são esperados o presidente do Ibama, Volney Zanardi Júnior; o ministro da Agricultura, Antônio Andrade; o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano; e o secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto, entre outros. Amanhã, serão ouvidos os ministros do Desenvolvimento, Fernando Pimentel; dos Transportes, Paulo Sérgio Passos; do Trabalho, Manoel Dias; da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino, e representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e da Empresa de Planejamento e Logística.

Audiência discute conscientização sobre mudanças no clima

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realiza hoje, às 11h, audiência pública para marcar o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas, comemorado em 16 de março.

Serão debatidos o cumprimento das metas brasileiras, projetos de conscientização da população sobre as mudanças climáticas e o papel das escolas e dos programas educacionais.

Para falar sobre o tema, foram convidados Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Veet Vivarta, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi); Fábio Cidrin, coordenador do World Wildlife Fund (WWF) no Brasil; e Nilo Sergio de Melo Diniz, diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Jucá elogia lançamento do Inova Empresa pelo governo federal

Jefferson Rudy/Agência Senado



Apesar de lamentar a previsão de decréscimo na produção industrial do país este ano, Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o lançamento do Plano Inova Empresa, do governo federal, que prevê investimentos de R\$ 32,9 bilhões para impulsionar vários setores da economia pela inovação tecnológica.

O senador também destacou o anúncio da criação da Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), uma organização social para cooperação entre empresas nacionais, principalmente pequenas e médias, e instituições tecnológicas ou instituições privadas sem fins lucrativos voltadas a pesquisa e desenvolvimento. Jucá lembrou o êxito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Plano pode acelerar desenvolvimento, avalia Luiz Henrique

Pedro Franco/Agência Senado



O Plano Inova Empresa pode acelerar o desenvolvimento do país e reduzir a falta de competitividade da indústria, avaliou Luiz Henrique (PMDB-SC).

— Trata-se de um esforço coordenado, sistêmico, para ampliar investimento em inovação e assim elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira — disse.

O plano deverá disponibilizar R\$ 20,9 bilhões em créditos para empresas, com juros subsidiados de 2,5% a 5% ao ano, com 4 anos de carência e 12 anos para pagamento.

— Vejo esse plano como uma forma real de atrair o setor privado — disse o senador, observando que 66% do investimento no setor deriva hoje de capital público, ao contrário do cenário de outros países.

Vital afirma que avanços e mazelas coexistem no Nordeste

José Cruz/Agência Senado



As “expectativas contraditórias” vividas pelos estados do Nordeste, que comemoram os bons resultados alcançados pelas políticas sociais, mas veem persistir

algumas das antigas mazelas regionais, foram destacadas por Vital do Rêgo (PMDB-PB).

— O produto interno bruto (PIB) dos estados da região aumentou em média 4,5% ao ano, enquanto o índice nacional não ultrapassou, na média, 3,6% nos últimos dez anos — afirmou.

Entretanto, o senador ressaltou ser “ainda colossal” o abismo que separa a realidade nordestina do resto do país. Como exemplo, citou a renda per capita dos estados nordestinos, que ainda é duas vezes e meia inferior à de outras regiões.

João Vicente cobra políticas de combate à seca no semiárido

Gerardo Magalhães/Agência Senado



João Vicente Claudino (PTB-PI) cobrou a instituição de políticas públicas que ajudem a população do semiárido nordestino a enfrentar a seca. O senador informou

que mais de 200 municípios já decretaram calamidade em razão da estiagem que há dois anos atinge o Piauí. João Vicente disse que a seca vem destruindo a criação de pequenos animais e as plantações de grãos.

— Estamos vendo o povo do Piauí sofrer, clamar por determinados investimentos que venham realmente dar a ele condição de sobreviver na região com a seca, que ocorre com certa constância — afirmou.

Ele também registrou visita ao Piauí, na semana passada, do ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho.

Empregados em residências podem ganhar garantia de hora extra, FGTS e jornada de 8 horas diárias. Para trabalhadores do comércio, regulamentação foi sancionada

Plenário deve votar hoje a PEC das Domésticas, que amplia direitos

CONHECIDA COMO PEC das Domésticas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/12, que amplia os direitos dos empregados domésticos, deverá ser votada hoje no Plenário do Senado. Apesar de o Regimento Interno prever a discussão da proposta em oito sessões, além de votação em dois turnos, os prazos podem ser reduzidos caso haja acordo entre os líderes partidários.

Aprovada semana passada

pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a PEC estende aos trabalhadores domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores, como jornada de trabalho limitada, horas extras e FGTS. A proposta, apresentada pelo deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), foi aprovada na Câmara em dezembro. Alguns direitos estendidos aos domésticos pela PEC 66/12 têm aplicação imediata, como jornada

semanal de 44 horas, com no máximo 8 horas diárias, e pagamento de hora extra em valor pelo menos 50% acima da hora normal.

O texto prevê a necessidade de regulamentação para outros direitos, como pagamento de seguro-desemprego, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e contratação de seguro contra acidentes de trabalho. No caso do FGTS, embora o texto

preveja regulamentação, há quem entenda que a aplicação é imediata, porque já há lei que trata do assunto.

A intenção da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), é aprovar o texto apenas com emenda de redação, já que mudanças no mérito exigiriam a volta da proposta à Câmara dos Deputados. Se aprovado sem mudanças, o texto seguirá diretamente à promulgação pelo Congresso.

Lei regulamenta profissão de comerciário



Gerardo Magela/Agência Senado

A regulamentação da profissão de comerciário foi publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira,

após a presidente Dilma Rousseff sancionar a Lei 12.790/13. A nova lei garante a jornada de 8 horas diárias ou 44 horas semanais, que só podem ser alteradas em convenção ou acordo coletivo. Seis horas diárias são permitidas para atividades em turno de revezamento, desde que não haja perda de remuneração.

A lei é decorrente do PLS 115/07, de Paulo Paim (PT-RS), aprovado no Plenário do Senado em fevereiro, e oficializa 30 de outubro como o Dia do Comerciário.

Dilma vetou o artigo 5º, que obrigava os trabalhadores a pagar até 1% do salário ao mês para custeio da negociação coletiva. Segundo ela, isso está em desacordo com a Constituição, por confundir a contribuição confederativa e a sindical e não trazer parâmetros precisos para a sua aplicação.



Pablo Valadarez/Agência Senado

Empregadas domésticas terão direito a pagamento de hora extra com valor 50% maior que a hora comum, se a proposta for aprovada hoje pelos senadores

Ana Amélia critica tentativa de liberar bebida em estádios



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) condenou decisão — atualmente suspensa por antecipação de tutela — da Federação de

Futebol do Estado do Rio de Janeiro, que permitiu a venda de cerveja nos estádios durante o Campeonato Carioca, contrariando o Estatuto do Torcedor.

— Não podemos, em nome da receita e da lucratividade para os clubes, colocar em risco a segurança nos estádios, fora dos estádios e envolvendo os torcedores — afirmou.

Ana Amélia salientou que a liberação do álcool nos jogos da Copa de 2014 é uma exceção temporária e limitada à vigência da Lei Geral da Copa.

A senadora lamentou também a falta de defensores públicos. Segundo ela, 72% das comarcas do Brasil não têm defensores públicos, restam mais de 40% dos cargos de defensor sem provimento e quase todas as unidades da Federação (exceto DF e Roraima) apresentam déficit de defensores.

João Capiberibe cobra definição de recursos para segurança pública



Pedro Franco/Agência Senado

Os estados brasileiros não têm condições de combater o aumento da violência sem o apoio da União, disse João Capiberibe (PSB-AP). O senador criticou a falta de uma política nacional de segurança pública.

Capiberibe também defendeu a aprovação da PEC 24/12, de sua autoria, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, prevendo a integração das forças públicas estaduais e a definição de recursos para o setor, a exemplo do que já ocorre hoje nas áreas de educação e saúde.

— Precisamos mobilizar a opinião pública para o combate à violência urbana, que é crescente. E sem uma política nacional, não vejo como controlar a violência, apesar do esforço feito pelos estados — afirmou.

A PEC 24/12 encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) à espera de relatório do senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Raupp elogia governo pela desoneração da cesta básica



Jefferson Rudy/Agência Senado

Em pronunciamento no Plenário, ontem, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a desoneração da

cesta básica, medida anunciada pela presidente Dilma Rousseff no último dia 8. Para o senador, com os produtos essenciais para a sobrevivência livres do pagamento de impostos federais, o governo segue no trabalho de combate à pobreza.

— Essa medida certamente contribuirá para a redução dos preços e trará um alívio para as pessoas que estão nos níveis socioeconômicos inferiores — disse.

O senador defendeu uma mudança também nos estados, onde o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) chega a atingir 35% em alguns produtos. Ele acrescentou que o problema está na forma injusta como estão distribuídos os encargos, afetando os cidadãos de baixa renda.

Randolfe: escolha do papa reflete opção da Igreja pelos pobres



Moreira Moritz/Agência Senado

A escolha do novo papa está repleta de simbolismos, disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

— A escolha de um papa do Hemisfério Sul já traz o primeiro significado, o de ser um papa que vem dos explorados — afirmou.

Em segundo lugar, o senador destacou que o argentino Jorge Mario Bergoglio é um cardeal da América Latina, região “que cresceu sob a égide da exploração pela espada”. E, em terceiro, Randolfe lembrou a escolha do nome Francisco, que evidencia duas coisas: a opção pelos pobres, pela lembrança de São Francisco de Assis (1182-1226), e a necessidade de reconstruir a Igreja Católica.

Randolfe disse esperar que esse conjunto de simbologias possa dialogar com o mundo atual e que o papa dê apoio a processos de estados nacionais que promovam igualdade social por meio do fim do analfabetismo e da mortalidade infantil, por exemplo.

Alvaro cita denúncia sobre cerceamento a senador boliviano

Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para a denúncia, feita pela oposição boliviana, de que o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antonio Patriota, teria limitado as visitas ao senador boliviano Roger Pinto, crítico do governo de Evo Morales. Pinto vive desde maio na embaixada brasileira em La Paz, onde espera visto de saída. Ele pediu asilo ao Brasil alegando ser vítima de perseguição política.

— Estamos aguardando a visita do ministro Patriota à Comissão de Relações Exteriores. E esse será um dos assuntos — disse.

Segundo Alvaro, foram abertos 20 processos contra Roger Pinto, a maioria por desacato, devido às acusações de corrupção que fez contra Morales.

— O Brasil, por meio do Itamaraty, tem a responsabilidade de proteger Roger Pinto daqueles que, segundo ele, o perseguem — argumentou Alvaro.